



✓ **FACEBOOK PROF. TIAGO ZANOLLA:**

<https://www.facebook.com/ProfTiagoZanolla/>

✓ **CURSOS 240 QUESTÕES COMENTADAS + REVISÃO EM VÍDEOS P/ TJ-MS** (CODJ E REGIMENTO INTERNO): <https://goo.gl/XhRzDr>

QUESTÕES COMENTADAS

Questão 01 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, O TJ-MS é constituído de:

- a) 20 Desembargadores
- b) 35 Desembargadores
- c) 80 Desembargadores
- d) 92 Desembargadores
- e) 120 Desembargadores

Comentários

LETRA A – Errada. O TJ-MS compõe-se de 35 Desembargadores.

Art. 23. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e Jurisdição em todo o Estado, compõe-se de trinta e cinco Desembargadores, nomeados ou promovidos de acordo com as normas constitucionais, e funciona como órgão superior do Poder Judiciário do Estado.

GABARITO: Letra B

Questão 02 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Acerca da organização do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, considere as seguintes afirmativas:

- I - O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por 35 Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.
- II - A Justiça Militar do Estado é exercida em segunda instância, por um juiz de direito e pelos Conselhos de Justiça.
- III - O Tribunal de Justiça funciona com o Tribunal Pleno, Órgão Especial, Seções, Câmaras, Corregedoria-Geral de Justiça e Conselho Superior da Magistratura.



IV - O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, é composto por 35 Desembargadores oriundos da carreira da magistratura, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.

Diante das propostas acima, estão

- a) corretas a I e a II, apenas.
- b) corretas a III e a IV, apenas.
- c) corretas a II e a III, apenas.
- d) incorretas a I e a III, apenas.
- e) incorretas a II e a IV, apenas.

Comentários

ALTERNATIVA I – Correta.

Art. 23. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e Jurisdição em todo o Estado, compõe-se de trinta e cinco Desembargadores, nomeados ou promovidos de acordo com as normas constitucionais, e funciona como órgão superior do Poder Judiciário do Estado.

ALTERNATIVA II – Errada.

Art. 66. A Justiça Militar do Estado é exercida:

- I - em primeira instância, por um juiz de direito e pelos Conselhos de Justiça;
- II - em segunda instância, pelo Tribunal de Justiça.

ALTERNATIVA III – Correta.

Art. 25. O Tribunal de Justiça funciona com o Tribunal Pleno, Órgão Especial, Seções, Câmaras, Corregedoria-Geral de Justiça e Conselho Superior da Magistratura.

ALTERNATIVA IV – Errada.

Art. 24. As vagas de desembargador serão preenchidas por juízes de carreira, mediante promoção, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, por escolha do Tribunal Pleno, através de ato do seu Presidente, **ressalvado o quinto dos lugares a ser preenchido por advogado ou membro do Ministério Público.**

GABARITO: Letra E

Questão 03 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Conforme expresso na Lei Estadual nº 1.511/1994, que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a opção correta

- a) O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul tem sede e jurisdição na Capital do Estado.
- b) O Tribunal Pleno funciona como órgão superior do Poder Judiciário do Estado.



c) As vagas de desembargador serão preenchidas por juízes de carreira, mediante promoção, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, por escolha do Tribunal Pleno.

d) O Órgão Especial exercerá a competência e as atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno.

e) A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina administrativa, será exercida em todo o Estado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Comentários

LETRA A – Errada. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e Jurisdição em todo o Estado.

Art. 23. O Tribunal de Justiça, com **sede na Capital** e **Jurisdição em todo o Estado**, **compõe-se de trinta e cinco Desembargadores**, nomeados ou promovidos de acordo com as normas constitucionais, e **funciona como órgão superior do Poder Judiciário do Estado**.

LETRA B – Errada. Tribunal de Justiça funciona como órgão superior do Poder Judiciário do Estado.

LETRA C – Errada. As vagas de desembargador serão preenchidas por juízes de carreira e membros do MP e OAB (quinto constitucional)

LETRA D – Correta.

Art. 31. O Órgão Especial exercerá a competência e as atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno, e será integrado pelos membros indicados no artigo 26, II, desta Lei.

LETRA E – Errada. Art. 51. A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com a denominação de Corregedor-Geral de Justiça.

Art. 51. A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com a denominação de Corregedor-Geral de Justiça, o qual carará dispensado das suas funções normais, exceto as exercidas no Órgão Especial, em que votará na declaração de inconstitucionalidade, matéria administrativa, julgamentos disciplinares e, perante o Tribunal Pleno, na organização das listas de promoção de magistrado ou de Desembargadores nos casos do artigo 94 da Constituição Federal.

GABARITO: Letra D

Questão 04 (NC-UFPR – 2014 – TJ-PR - adaptada)

Sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

a) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pelos Desembargadores e pelo Corregedor-Geral da Justiça.



- b) O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial e Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.
- c) O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça não integrarão Câmaras ou Grupos de Câmaras, na falta dos seus membros.
- d) O Tribunal de Justiça será presidido pelo Governador do Estado, caso não estejam aptos o Presidente, os Vice-Presidentes, o Corregedor-Geral da Justiça e o Corregedor.
- e) As vagas de desembargador serão preenchidas por juízes de carreira, mediante promoção, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, por escolha do Tribunal Pleno, através de ato do seu Presidente, ressalvado o quinto dos lugares a ser preenchido por advogado ou membro do Ministério Público.

Comentários

Vamos analisar uma a uma:

LETRA A – Errada. Os Desembargadores não fazem parte da cúpula diretiva.

LETRA B – Errada. Funcionará também como Corregedoria-Geral.

Art. 25. O Tribunal de Justiça funciona com o Tribunal Pleno, Órgão Especial, Seções, Câmaras, Corregedoria-Geral de Justiça e Conselho Superior da Magistratura.

LETRA C – Errada. O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça e não integrarão Câmaras ou Grupos de Câmaras

LETRA D – Errada. Vide opção A

LETRA E – Correta.

Art. 24. As vagas de desembargador serão preenchidas por juízes de carreira, mediante promoção, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, por escolha do Tribunal Pleno, através de ato do seu Presidente, ressalvado o quinto dos lugares a ser preenchido por advogado ou membro do Ministério Público.

GABARITO: Letra E

Questão 05 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul tem em sua composição

- a) Seis Seções Cíveis, compostas, cada uma, por cinco desembargadores e duas Seções Criminais compostas, cada uma, por seis desembargadores.
- b) Quatro Seções Cíveis, compostas, cada uma, por cinco desembargadores e duas Seções Criminais compostas, cada uma, por cinco desembargadores.
- c) Quatro Seções Cíveis, compostas, cada uma, por cinco desembargadores e duas Seções Criminais compostas, cada uma, por seis desembargadores.



- d) Cinco Seções Cíveis, compostas, cada uma, por três desembargadores e duas Seções Criminais compostas, cada uma, por seis desembargadores.
- e) Quatro Seções Cíveis, compostas, cada uma, por cinco desembargadores e quatro Seções Criminais compostas, cada uma, por seis desembargadores.

Comentários

O TJ-MS tem:

Art. 26. São Órgãos do Tribunal de Justiça:

III - quatro Seções Cíveis compostas, cada uma, por cinco desembargadores;

IV - duas Seções Criminais compostas, cada uma, por seis desembargadores;

GABARITO: Letra C

Questão 06 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul tem em sua composição

- a) Quatro Câmaras Cíveis compostas, cada uma, por quatro desembargadores e três Câmaras Criminais composta, cada uma, por quatro desembargadores.
- b) Cinco Câmaras Cíveis compostas, cada uma, por quatro desembargadores e três Câmaras Criminais composta, cada uma, por cinco desembargadores.
- c) Cinco Câmaras Cíveis compostas, cada uma, por quatro desembargadores e cinco Câmaras Criminais composta, cada uma, por quatro desembargadores.
- d) Cinco Câmaras Cíveis compostas, cada uma, por cinco desembargadores e três Câmaras Criminais composta, cada uma, por quatro desembargadores.
- e) Cinco Câmaras Cíveis compostas, cada uma, por quatro desembargadores e três Câmaras Criminais composta, cada uma, por quatro desembargadores.

Comentários

O TJ-MS é composto

Art. 26. São Órgãos do Tribunal de Justiça:

VII - cinco Câmaras Cíveis compostas, cada uma, por quatro desembargadores;

VIII - três Câmaras Criminais composta, cada uma, por quatro desembargadores

GABARITO: Letra E

Questão 07 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

A Seção Especial Cível de Uniformização de Jurisprudência é integrada

- a) Pelos três desembargadores mais antigos componentes das respectivas Câmaras Cíveis.



- b) Pelo Corregedor-Geral de Justiça e pelos três desembargadores mais antigos componentes das respectivas Câmaras Cíveis.
- c) Pelos três desembargadores mais antigos componentes das respectivas Câmaras Criminais.
- d) Pelos cinco desembargadores mais antigos componentes das respectivas Câmaras Cíveis.
- e) Pelos três desembargadores mais modernos componentes das respectivas Câmaras Cíveis.

Comentários

A Seção Especial Cível de Uniformização de Jurisprudência é integrada pelos três desembargadores mais antigos componentes das respectivas Câmaras Cíveis.

GABARITO: Letra A

Questão 08 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, a Seção Especial Criminal é

- a) Integrada pelos doze desembargadores componentes das Câmaras Criminais.
- b) Integrada pelos quinze desembargadores componentes das Câmaras Criminais.
- c) Integrada pelos dezoito desembargadores componentes das Câmaras Cíveis.
- d) Integrada pelos oito desembargadores componentes das Câmaras Criminais.
- e) Integrada pelos dez desembargadores componentes das Câmaras Cíveis

Comentários

A Seção Especial Criminal é integrada pelos doze desembargadores componentes das Câmaras Criminais.

GABARITO: Letra A

Questão 09 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, o Tribunal Pleno funcionará com a presença

- a) Pelo menos, metade de seus membros, incluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça.
- b) Pelo menos, vinte e um de seus membros, incluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça.
- c) Pelo menos, vinte e cinco de seus membros, excluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça.



- d) Pelo menos, vinte e cinco de seus membros, incluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça.
- e) Pelo menos, dois terços de seus membros, incluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça.

Comentários

O Tribunal Pleno funcionará com a presença de pelo menos, vinte e um de seus membros, incluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça.

Art. 27. O Tribunal Pleno, integrado por trinta e cinco Desembargadores, funcionará com a presença de, pelo menos, vinte e um, incluídos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça, com a competência definida no art. 30 desta Lei.

GABARITO: Letra B

Questão 10 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, é uma competência do Tribunal Pleno

- a) processar e julgar originariamente, ou em grau recursal, as matérias que forem definidas no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, podendo delegar competência e atribuições à Corregedoria-Geral de Justiça.
- b) indicar os Juízes que irão compor o Órgão Especial, sendo que metade recairá entre os desembargadores mais antigos e a outra metade será eleita, na forma a ser estabelecida no Regimento Interno.
- c) votar, mediante de inscrição, em sessão pública e mediante voto aberto, nominal e fundamentado, a lista tríplice para acesso ao Tribunal de Justiça, pelo critério de merecimento, observado o art. 93, incisos II e III, da Constituição Federal.
- d) eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça para o biênio seguinte.
- e) determinar a instauração de processo judicial ou administrativo-disciplinar contra servidor, aplicando as penalidades previstas em lei, observada a competência do Órgão Especial e do Conselho Superior da Magistratura;

Comentários

LETRA A – Errada. O Pleno delega atribuições ao órgão especial.

Art. 30. Compete ao Tribunal Pleno:

I - processar e julgar originariamente, ou em grau recursal, as matérias que forem definidas no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, podendo delegar competência e atribuições **ao Órgão Especial;**

LETRA B – Errada. O Tribunal Pleno indica Desembargadores e não juízes.

Art. 30. Compete ao Tribunal Pleno:



II - indicar os **Desembargadores** que irão compor o Órgão Especial, sendo que metade recairá entre os desembargadores mais antigos e a outra metade será eleita, na forma a ser estabelecida no Regimento Interno;

LETRA C – Errada. O Pleno vota independentemente de inscrição para acesso ao Tribunal pelo critério de merecimento.

Art. 30. Compete ao Tribunal Pleno:

III - **votar, independentemente de inscrição, em sessão pública e mediante voto aberto, nominal e fundamentado, a lista tríplice para acesso ao Tribunal de Justiça, pelo critério de merecimento**, observado o art. 93, incisos II e III, da Constituição Federal;

LETRA D – Correta.

Art. 30. Compete ao Tribunal Pleno:

VII - **eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça** para o biênio seguinte;

LETRA E – Errada. O Pleno determina instauração de processo judicial ou administrativo-disciplinar contra magistrado e não contra servidor.

Art. 30. Compete ao Tribunal Pleno:

VIII - **determinar a instauração de processo judicial ou administrativo-disciplinar contra magistrado**, aplicando as penalidades previstas em lei, observada a competência do Órgão Especial e do Conselho Superior da Magistratura;

GABARITO: Letra D

Questão 11 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994, é atribuição do Órgão Especial, exceto

- a) Órgão Especial exercerá a competência e as atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno.
- b) O Desembargador que se encontrar na ordem de antiguidade para compor o Órgão Especial não poderá renunciar ao encargo.
- c) Somente pelo voto de dois terços de seus membros poderá o Órgão Especial declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, devendo estes julgamentos funcionar com pelo menos dois terços de seus membros.
- d) No caso de falta, ausência ou impedimento de Desembargadores em número que possa comprometer a instalação e funcionamento da Sessão do Órgão Especial ou em que esteja em pauta processo cujo julgamento dependa de quórum qualificado, serão convocados os Desembargadores que forem eleitos suplentes dos titulares.
- e) O regimento interno, além dos casos previstos neste Código, e respeitadas a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Federal, estabelecerá a competência originária e recursal do Tribunal Pleno, do Órgão Especial,

Comentários



Nesse tipo de questão, devemos marcar a opção incorreta.

LETRA A – Correta.

Art. 31. O Órgão Especial exercerá a competência e as atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno, e será integrado pelos membros indicados no artigo 26, II, desta Lei.

LETRA B – Correta.

§ 1º O Desembargador que se encontrar na ordem de antiguidade para compor o Órgão Especial **não poderá renunciar ao encargo.**

LETRA C – Errada.

§ 2º Somente pelo **voto da maioria absoluta** de seus membros poderá o Órgão Especial declarar a **inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo** do Poder Público, **devendo estes julgamentos funcionar com pelo menos dois terços de seus membros.**

LETRA D – Correta.

§ 3º No caso de falta, ausência ou impedimento de Desembargadores em número que possa comprometer a instalação e funcionamento da Sessão do Órgão Especial ou em que esteja em pauta processo cujo julgamento dependa de quórum qualificado, serão convocados os Desembargadores que forem eleitos suplentes dos titulares.

LETRA E – Correta.

§ 4º O regimento interno, além dos casos previstos neste Código, e respeitadas a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Federal, estabelecerá a competência originária e recursal do Tribunal Pleno, do Órgão Especial,

GABARITO: Letra C

Questão 12 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, compete à seção cível julgar em grau de recurso

- a) os embargos infringentes.
- b) as ações rescisórias de sentenças de primeira instância e de julgados das Câmaras.
- c) a restauração de autos extraviados ou destruídos e as habilitações em feitos de sua competência.
- d) os conflitos de competência entre os relatores e as Câmaras Cíveis.
- e) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos.

Comentários

Dentre as opções apresentadas, apenas os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos são julgados em grau de recurso. As demais opções vai julgar e processar originalmente.



GABARITO: Letra E

Questão 13 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, compete à Seção Especial Criminal processar e julgar originariamente:

- a) os embargos de declaração
- b) os agravos internos
- c) os embargos de divergência dos Juizados Especiais Criminais
- d) ordenar o confisco dos instrumentos e do produto de crime
- e) revisões criminais

Comentários

Dentre as opções apresentadas, a Seção Especial Criminal processará e julgará originariamente as revisões criminais.

GABARITO: Letra E

Questão 14 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Lei Estadual nº 1.511/1994, assinale a opção correta

- a) O Presidente do Tribunal é designado para um mandato de dois anos.
- b) Eventualmente, o Vice-Presidente pode representar o Poder Judiciário.
- c) As Seções e as Varas são presididas pelos desembargadores mais antigos.
- d) As Seções e as Câmaras são presididas pelo desembargador escolhido dentre os membros do órgão especial.
- e) O Conselho Superior da Magistratura será presidido pelo Corregedor-Geral de Justiça.

Comentários

LETRA A – Errada. O presidente é eleito, não designado.

Art. 41. O Presidente do Tribunal, **eleito por dois anos**, terá a sua competência regulada pelo Regimento Interno.

LETRA B – Correta. Como é o vice-presidente que substitui o presidente, eventualmente, este pode representar o Poder Judiciário.

LETRA C – Errada. As Seções e as Câmaras são presididas pelos desembargadores mais antigos.

Art. 40. As Seções e as Câmaras são presididas pelos desembargadores mais antigos, pelo prazo de um ano, vedada a recondução até que todos tenham exercido a presidência.



LETRA D – Errada. Vide art. 40 acima.

LETRA E – Errada. Cabe ao presidente presidir o Conselho Superior da Magistratura.

Art. 38. Compete ao **Presidente do Tribunal de Justiça** a **representação do Poder Judiciário**, presidir o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, e o Conselho Superior da Magistratura. Em suas faltas, ausência ou impedimento, será substituído pelo Vice-Presidente do Tribunal e este, à sua vez, nas mesmas hipóteses, pelo Desembargador mais antigo em exercício no Tribunal.

GABARITO: Letra B

Questão 15 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994, acerca do Conselho Superior da Magistratura, assinale a opção correta

- a) É órgão permanente de fiscalização do Poder Judiciário Estadual.-Geral de Justiça.
- b) Como membro do Conselho Superior, o Corregedor-Geral será substituído pelo Desembargador mais antigo no Tribunal.
- c) Como membro do Conselho Superior, o vice-presidente será substituído pelo Corregedor
- d) É órgão permanente de disciplina do Poder Judiciário Estadual, compõe-se do Presidente do Tribunal de Justiça, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça.
- e) Junto ao Conselho Superior da Magistratura oficiará a Defensoria Pública.

Comentários

LETRA A – Errada. O Conselho Superior é órgão de disciplina e não de fiscalização.

Art. 43. O Conselho Superior da Magistratura, **órgão permanente de disciplina** do Poder Judiciário Estadual, compõe-se do Presidente do Tribunal de Justiça, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça.

LETRA B – Errada. O corregedor é substituído pelo corregedor-adjunto.

§ 1º A substituição, nos casos de impedimentos ou de afastamentos, dar-se-á:
II - do Corregedor-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Adjunto.

LETRA C – Errada. O vice-presidente será substituído pelo desembargador mais antigo.

§ 1º A substituição, nos casos de impedimentos ou de afastamentos, dar-se-á:
I - do Vice-Presidente, pelo desembargador que se seguir na ordem de antiguidade, ou, não sendo possível, pelo próximo desembargador, na mesma ordem, e assim sucessivamente;

LETRA D – Correta.

LETRA E – Errada.



Art. 43. § 3º Junto ao Conselho Superior da Magistratura oficiará a Procuradoria-Geral de Justiça.

GABARITO: Letra D

Questão 16 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Acerca do Juiz Diretor do Foro, assinale a opção correta conforme o disposto na Lei Estadual nº 1.511/1994.

- a) É eleito para mandato de um ano.
- b) É designado pelo Presidente.
- c) Na capital, é escolhido pelo Presidente do Conselho Superior da Magistratura.
- d) Nas comarcas do interior, é designado pelo Presidente do Conselho Superior da Magistratura
- e) Nas comarcas em que houver mais de uma vara, nas faltas, impedimentos ou afastamentos, o Juiz Diretor do Foro será substituído pelo juiz substituto de sua vara.

Comentários

LETRA A – Errada. O Juiz Diretor é designado e não eleito.

LETRA B – Errada. Só é designado pelo Presidente na capital.

LETRA C – Errada. Na capital é designado pelo Presidente

LETRA D – Correta.

§ 1º **Anualmente**, até 28 de fevereiro, o Presidente do Conselho Superior da Magistratura designará o juiz de direito que exercerá, nas comarcas em que houver mais de uma vara, a direção do foro, o qual será substituído pelo juiz mais antigo da comarca, nas faltas, impedimentos ou afastamentos.

LETRA E – Errada. Nas comarcas em que houver mais de uma vara, nas faltas, impedimentos ou afastamentos, o Juiz Diretor do Foro será substituído pelo juiz mais antigo da comarca.

GABARITO: Letra D

Questão 17 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Acerca dos Juízes substitutos, assinale a opção correta.

- a) Após dois anos de exercício, o juiz substituto pode remover-se para outra circunscrição.
- b) Somente após dois anos o juiz substituto pode remover-se para outra circunscrição.
- c) O juiz substituto substituirá o juiz de direito apenas em suas faltas, impedimentos, afastamentos, licenças e férias.



d) Como auxiliar da comarca ou vara, o juiz substituto, em não havendo impedimento legal, dividirá com o respectivo titular, os processos em curso e os que se iniciarem, cabendo ao Juiz Titular determinar o número de processos para cada um.

e) Quando em função de substituição, o juiz substituto poderá se afastar da comarca por no máximo 24 horas.

Comentários

LETRA A – Correta.

Art. 85. **Após dois anos de exercício**, o juiz substituto pode remover-se para outra circunscrição.

LETRA B – Errada.

Art. 85. Parágrafo único. **É dispensável o interstício de dois anos quando o interesse da administração da justiça**, reconhecido pelo Tribunal de Justiça, o autorizar.

LETRA C – Errada.

Art. 86. Ao juiz substituto compete substituir o juiz de direito nas suas faltas, impedimentos, afastamentos, licenças, férias, **remoções e promoções**.

LETRA D – Errada. A distribuição, neste caso, é automática.

Art. 87. Parágrafo único. Como auxiliar da comarca ou vara, o juiz substituto, em não havendo impedimento legal, dividirá com o respectivo titular, os processos em curso e os que se iniciarem, **cabendo a este os de números pares e àquele os de números ímpares**.

LETRA E – Errada.

Art. 88. Quando em função de substituição, o juiz substituto **deve permanecer na sede da comarca ou vara** onde estiver exercendo a substituição.

GABARITO: Letra A

Questão 18 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Acerca do que dispõe a Lei Estadual nº 1.511/1994 sobre a Justiça de Paz, marque a assertiva incorreta

- a) O juiz de paz é eleito pelo voto direto, universal e secreto.
- b) O juiz de paz é eleito para um mandato de quatro anos,
- c) O processo eleitoral para escolha dos juízes de paz é realizado sob a presidência do juiz diretor do foro e fiscalização do Ministério Público da comarca.
- d) A eleição para os juízes de paz não será simultânea com pleito para mandatos políticos.
- e) O exercício da função de Juiz de Paz é considerado título honorífico e não é remunerado.

Comentários



A questão pede para assinalar a opção **INCORRETA!**

LETRA A – Correta.

Art. 92. O juiz de paz é **eleito pelo voto direto**, universal e secreto para um **mandato de quatro anos**, em conformidade com as normas regulamentares que forem adotadas por resolução do Tribunal de Justiça, [...]

LETRA B – Correta. Vide letra A.

LETRA C – Correta.

Art. 92. § 1º O processo eleitoral para escolha dos juízes de paz é realizado sob a **presidência do juiz diretor do foro** e **fiscalização do Ministério Público** da comarca, sendo que o prazo de inscrição de candidatos será fixado em edital expedido pelo juiz competente.

LETRA D – Correta.

Art. 92. § 2º A eleição referida no § 1º deste artigo **não será simultânea com pleito para mandatos políticos.**

LETRA E – Errada.

Art. 93. O **EXERCÍCIO EFETIVO DA FUNÇÃO DE JUIZ DE PAZ É REMUNERADO** e constitui serviço público relevante, assegurando prisão especial em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

GABARITO: Letra E

Questão 19 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a opção correta quanto ao Tribunal do Júri

- a) Compete ao Tribunal do Júri julgar os crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, e os crimes de tráfico de drogas.
- b) O Tribunal do Júri funciona na sede da comarca, em reuniões ordinárias, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.
- c) Na comarca da Capital funcionam o Primeiro e o Segundo Tribunal do Júri, a qualquer tempo, de acordo com a necessidade do serviço.
- d) Nas comarcas do interior em circunstâncias excepcionais, o Júri reunir-se-á extraordinariamente, com autorização da Corregedoria-Geral de Justiça, por provocação do juiz ou dos interessados
- e) O sorteio dos jurados realiza-se de 30 dias antes da data designada para a reunião.

Comentários

LETRA A – Errada.



1º SIMULADO TJ-MS

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
PROF. TIAGO ZANOLLA

Art. 64. Compete ao Tribunal do Júri julgar os crimes dolosos contra a vida consumados ou tentados e outros que lhe forem conexos.

LETRA B – Errada.

Art. 61. O Tribunal do Júri, que obedece, na sua composição, organização e competência, às **disposições do Código de Processo Penal Brasileiro**, funciona na sede **da comarca, em reuniões ordinárias, nos meses de março, junho, setembro e dezembro.**

LETRA C – Correta.

Art. 61. § 1º Na comarca da Capital funcionam o Primeiro e o Segundo Tribunal do Júri, a qualquer tempo, de acordo com a necessidade do serviço.

LETRA D – Errada.

Art. 62. Nas comarcas do interior em circunstâncias excepcionais, **o Júri reunir-se-á extraordinariamente, com autorização do Conselho Superior da Magistratura**, por provocação do juiz ou dos interessados.

LETRA E – Errada.

Art. 62. § 1º O sorteio realiza-se de **quinze a vinte dias antes** da data designada para a reunião.

GABARITO: Letra C

Questão 20 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994 que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul,

- a) Para administração da Justiça Militar haverá uma Vara em cada comarca sede.
- b) A titularidade da Vara da Justiça Militar Estadual será exercida por juiz de direito de entrância especial escolhido entre membros de carreira e respeitado o quinto constitucional.
- c) O Conselho Especial de Justiça tem competência para processar e julgar os acusados que não são oficiais.
- d) O Conselho Permanente de Justiça tem competência para processar e julgar os praças.
- e) O Conselho de Justiça, nas unidades, tem competência para processar e julgar deserção de praças.

Comentários

LETRA A – Errada.

Art. 68. Para administração da Justiça Militar **haverá uma Vara com sede na Capital** e **Jurisdição em todo o Estado**, composta por:



LETRA B – Errada. A titularidade da Vara da Justiça Militar Estadual será exercida por juiz de direito de entrância especial, **integrante do quadro da magistratura de carreira** do Estado de Mato Grosso do Sul, apenas.

LETRA C – Errada.

Art. 71. Os Conselhos de Justiça têm as seguintes categorias:

I - Conselho Especial de Justiça, para processar e julgar os **oficiais**;

LETRA D – Errada.

Art. 71. Os Conselhos de Justiça têm as seguintes categorias:

II - Conselho Permanente de Justiça, para processar e julgar os acusados que não são oficiais, exceto o disposto no inciso seguinte deste artigo;

LETRA E – Correta.

III - Conselho de Justiça, nas unidades, para processar e julgar deserção de praças.

GABARITO: Letra E

Questão 21 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Acerca do Conselho Superior da Magistratura, assinale a opção correta

- a) O Conselho Superior da Magistratura reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.
- b) O Conselho Superior da Magistratura reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.
- c) As decisões do Conselho Superior da Magistratura serão fundamentadas e tomadas por maioria de votos, sendo as suas sessões públicas.
- d) Contra as decisões originárias do Conselho Superior da Magistratura caberá recurso para o Órgão Especial, dentro de cinco dias, contados a partir da intimação ou ciência do interessado
- e) Contra as decisões originárias do Conselho Superior da Magistratura caberá recurso para o Órgão Especial, dentro de cinco dias, contados a partir da decisão.

Comentários

LETRA A e B – Errada.

§ 2º O Conselho Superior da Magistratura **reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês** e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.

LETRA C – Errada.

Art. 44. As decisões do Conselho Superior da Magistratura serão fundamentadas e **tomadas por maioria de votos, sendo as suas sessões reservadas**



LETRA D – Correta.

Art. 48. Contra as decisões originárias do Conselho Superior da Magistratura **cabará recurso para o Órgão Especial, dentro de cinco dias**, contados a partir da intimação ou ciência do interessado

LETRA E – Errada. Vide letra D.

GABARITO: Letra D

Questão 22 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Segundo a Lei Estadual nº 1.511/1994, assinale a opção incorreta.

- a) A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com a denominação de Corregedor-Geral de Justiça.
- b) O Corregedor-Geral de Justiça será eleito para um mandato de um ano.
- c) O Corregedor-Geral ficará dispensado das suas funções normais, exceto as exercidas no Órgão Especial, em que votará na declaração de inconstitucionalidade, matéria administrativa, julgamentos disciplinares e, perante o Tribunal Pleno, na organização das listas de promoção de magistrado ou de Desembargadores nos casos do artigo 94 da Constituição Federal.
- d) Cabe ao Corregedor-Geral de Justiça, dentre outras atribuições estabelecidas pelo Regimento Interno, uniformizar procedimentos e expedir normas por meio de Provimento quando contiverem instruções ou regras gerais.
- e) O Corregedor-Adjunto será indicado pelo Corregedor-Geral de Justiça e o exercício ocorrerá sem prejuízo de suas funções jurisdicionais e sem ônus para o Tribunal de Justiça.

Comentários

A questão pede para assinalar a opção incorreta.

LETRA A – Correta.

Art. 51. A Corregedoria-Geral de Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com a denominação de Corregedor-Geral de Justiça, [...]

LETRA B – Errada.

§ 1º O Corregedor-Geral de Justiça será eleito para um **mandato de dois anos**

LETRA C – Correta.

Art. 51. [...] o qual ficará dispensado das suas funções normais, exceto as exercidas no Órgão Especial, em que votará na declaração de inconstitucionalidade, matéria administrativa, julgamentos disciplinares e, perante o Tribunal Pleno, na organização das listas de promoção de magistrado ou de Desembargadores nos casos do artigo 94 da Constituição Federal.



LETRA D – Correta.

§ 2º Cabe ao Corregedor-Geral de Justiça, dentre outras atribuições estabelecidas pelo Regimento Interno, uniformizar procedimentos e expedir normas por meio de Provimento quando contiverem instruções ou regras gerais

LETRA E – Correta.

§ 3º O **Corregedor-Adjunto será indicado pelo Corregedor-Geral de Justiça** e o exercício ocorrerá sem prejuízo de suas funções jurisdicionais e sem ônus para o Tribunal de Justiça, aplicando-se, em todo caso, o disposto no art. 244, inciso I, alínea "e" e no art. 247 deste Código, vedada a recondução.

GABARITO: Letra B

Questão 23 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Os ofícios de justiça do foro judicial não classificam-se em:

- a) ofícios de justiça de entrância especial;
- b) ofícios de justiça de Segunda entrância;
- c) ofícios de justiça intermediárias
- d) ofícios de justiça de primeira entrância;
- e) ofícios de justiça dos juizados especiais.

Comentários

Os ofícios de justiça do foro judicial classificam-se em:

Art. 99. Os ofícios de justiça do foro judicial classificam-se em:

- I - ofícios de justiça de entrância especial;
- II - ofícios de justiça de Segunda entrância;
- III - ofícios de justiça de primeira entrância;
- IV - ofícios de justiça dos juizados especiais.

GABARITO: Letra C

Questão 24 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Os serviços auxiliares da justiça são realizados através

- a) das Câmaras e Seções
- b) da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos ofícios de justiça de primeira instância
- c) dos cartórios de registro de títulos e documentos e de registro civil de pessoas jurídicas
- d) dos cartórios de registro de imóveis
- e) dos Tabelionatos de Notas e dos cartórios cíveis.

**Comentários**

Os serviços auxiliares da justiça são realizados através da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos órgãos de justiça de primeira instância.

Art. 95. Os serviços auxiliares da justiça são realizados através da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos órgãos de justiça de primeira instância.

GABARITO: Letra B

Questão 25 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

São órgãos de justiça do foro extrajudicial, exceto

- a) os cartórios de notas.
- b) os cartórios de registro de imóveis.
- c) os cartórios de registro civil de pessoas naturais.
- d) os cartórios da vara da família.
- e) os cartórios de registro de protesto de títulos cambiais.

Comentários

São órgãos do foro extrajudicial:

Art. 102. São órgãos de justiça do foro extrajudicial:

- I – os cartórios de notas;
- II – os cartórios de registro de imóveis;
- III – os cartórios de registro civil de pessoas naturais;
- IV – os cartórios de registro de títulos e documentos e de registro civil de pessoas jurídicas;
- V – os cartórios de registro de protesto de títulos cambiais.

Portanto, vara de família não é órgão do foro extrajudicial.

GABARITO: Letra D

Questão 26 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Aos escreventes do foro judicial incumbe

- a) escrever, na devida forma e legivelmente, todos os termos do processo e demais atos praticados no juízo em que servem
- b) lavrar procuração apud acta
- c) comparecer, pessoalmente, ou por seu substituto, com a devida antecedência, às audiências marcadas pelo juiz e acompanhá-lo nas diligências de seu ofício
- d) executar as notificações e intimações e praticar os demais atos que lhes forem atribuídos pelas leis processuais



e) afixar e desafixar editais

Comentários

As atribuições dos escreventes são apenas três:

Art. 134. Aos escreventes do foro judicial incumbe:

I - praticar, simultaneamente com o escrivão ou diretor de cartório, **todos os atos de seu ofício**, ressalvados os da competência privativa destes;

II - **substituir o escrivão ou o diretor de cartório**, mediante designação do juiz diretor do foro, nos casos previstos nas Normas de Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça e nos demais impedimentos legais;

III - afixar e desafixar editais.

Portanto, a opção correta é a alternativa E.

GABARITO: Letra E

Questão 27 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Aos escrivães, em geral, não incumbe:

a) zelar pela arrecadação da taxa judiciária e pelo cumprimento das exigências fiscais

b) ter em boa guarda os autos, livros e papéis a seu cargo e deles dar conta a todo tempo

c) dispor e manter em classe e por ordem cronológica todos os autos, livros e papéis a seu cargo, dos quais organizarão e manterão em dia índice ou fichário;

d) preparar o expediente do promotor.

e) realizar, à sua custa, as diligências que forem renovadas por erro ou culpa de sua responsabilidade;

Comentários

As atribuições dos escrivães são as seguintes:

Art. 130. Aos escrivães, em geral, incumbe:

I - escrever, na devida forma e legivelmente, todos os termos do processo e demais atos praticados no juízo em que servem;

II - lavrar procuração *apud acta*;

III - comparecer, pessoalmente, ou por seu substituto, com a devida antecedência, às audiências marcadas pelo juiz e acompanhá-lo nas diligências de seu ofício;

IV - executar as notificações e intimações e praticar os demais atos que lhes forem atribuídos pelas leis processuais;

V - zelar pela arrecadação da taxa judiciária e pelo cumprimento das exigências fiscais;

VI - ter em boa guarda os autos, livros e papéis a seu cargo e deles dar conta a todo tempo;



VII - dispor e manter em classe e por ordem cronológica todos os autos, livros e papéis a seu cargo, dos quais organizarão e manterão em dia índice ou fichário;

VIII - **preparar o expediente do juiz;**

IX - realizar, à sua custa, as diligências que forem renovadas por erro ou culpa de sua responsabilidade;

X - entregar, com carga no protocolo, a juiz, promotor, defensor ou advogado, autos conclusos ou com vista;

GABARITO: Letra D

Questão 28 (INÉDITA – 2017 – TIAGO ZANOLLA)

Aos oficiais de justiça e avaliadores incumbe

a) efetuar pessoalmente ou por preposto todas as citações, notificações, intimações, avaliações mediante mandado, que deverá ser devolvido logo depois de cumprido, e ainda executar outras diligências ordenadas pelo juiz.

b) devolver ao cartório os mandados de cujo cumprimento hajam sido incumbidos, até quarenta e oito horas antes da respectiva audiência.

c) incumbe as atribuições que lhe são conferidas pelos dispositivos processuais que regem a matéria.

d) estar presente às audiências nas quais escolher.

e) apregoar, em praça ou leilão, os bens que devem ser arrematados, encaminhando ao Escrivão para assinatura dos autos.

Comentários

Aos oficiais de justiça e avaliadores incumbe:

LETRA A – Errada. O OJ deve cumprir pessoalmente as diligências.

I - efetuar pessoalmente todas as citações, notificações, intimações, avaliações mediante mandado, que deverá ser devolvido logo depois de cumprido, e ainda executar outras diligências ordenadas pelo juiz;

LETRA B – Errada.

II - devolver ao cartório os mandados de cujo cumprimento hajam sido incumbidos, até vinte e quatro horas antes da respectiva audiência;

LETRA C – Correta.

Art. 141. Aos oficiais de justiça e avaliador incumbe as atribuições que lhe são conferidas pelos dispositivos processuais que regem a matéria, e ainda:

LETRA D – Errada. Não é o OJ que escolhe.

III - estar presente às audiências nas quais tenha que funcionar;

LETRA E – Errada. É o próprio OJ que assina.



IV - apregoar, em praça ou leilão, os bens que devem ser arrematados, assinando os respectivos autos.

GABARITO: Letra C

Questão 29 (INÉDITA – 2017 – TIAGO ZANOLLA)

Considere

I - comarcas de primeira entrância

II - comarcas de segunda entrância

III - comarca de Dourados

IV - Comarca de Campo Grande

A Controladoria de Mandados será organizada e dirigida, respectivamente

a) Secretário da Direção do Foro; Coordenador símbolo PJCI-3; Coordenador PJCI-2; Coordenador PJDI-1 ocupante de cargo efetivo.

b) Secretário da Direção do Foro; Coordenador símbolo PJCI-3; Coordenador PJCI-2; Coordenador PJDI-1 ocupante de cargo em comissão.

c) Secretário da Direção do Foro; Coordenador símbolo PJCI-1; Coordenador PJCI-2; Coordenador PJDI-3 ocupante de cargo em comissão.

d) Secretário da Direção do Foro; Coordenador símbolo PJCI-1; Coordenador PJCI-2; Coordenador PJDI-3 ocupante de cargo efetivo.

e) Coordenador PJCI-4; Coordenador símbolo PJCI-3; Coordenador PJCI-2; Coordenador PJDI-1 ocupante de cargo em comissão.

Comentários

Segundo a Lei 1511:

§ 1º A Controladoria de Mandados será organizada e dirigida:

I - nas comarcas de primeira entrância, pelo secretário da direção do foro;

II - nas comarcas de segunda entrância, por um coordenador, ocupante de função gratificada de coordenador, símbolo PJCI-3;

III - na comarca de Dourados, por um coordenador, ocupante de função gratificada de coordenador, símbolo PJCI-2.

§ 2º Na Comarca de Campo Grande funcionará a Controladoria Estadual de Mandados, que será organizada e dirigida por um coordenador, ocupante de cargo em comissão de coordenador estadual, símbolo PJDI-1, de livre nomeação e exoneração.

Portanto,

**Comarcas de
primeira entrância**

Pelo secretário da direção do foro.



Comarcas de segunda entrância	Por um coordenador, ocupante de função gratificada de coordenador, símbolo PJCI-3
Comarca de Dourados	Ocupante de função gratificada de coordenador, símbolo PJCI-2.
Campo Grande	Coordenador estadual, símbolo PJDI-1, de livre nomeação e exoneração (cargo em comissão).

GABARITO: Letra B

Questão 30 (INÉDITA – 2017 – TIAGO ZANOLLA)

Acerca do serviço extraordinário, assinale a alternativa correta.

- a) O serviço extraordinário realizado fora da jornada de trabalho, por servidor estatutário ou celetista de primeira ou de segunda instância, tem caráter eventual e somente será admitido em situações excepcionais e temporárias mediante prévia autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.
- b) Nos casos de urgência ou quando não houver tempo hábil para a solicitação da prévia autorização de que trata este artigo, o serviço extraordinário poderá ser realizado mediante autorização do Corregedor-Geral, na Secretaria do Tribunal de Justiça, ou do diretor do foro, nas comarcas, ainda que a formalização do pedido seja posterior à realização do serviço.
- c) O serviço extraordinário realizado sem autorização da autoridade competente não será remunerado pelo Tribunal de Justiça e não poderá ser objeto de compensação de horário, na mesma proporção das horas trabalhadas, de acordo com a necessidade e a conveniência do serviço.
- d) O serviço extraordinário será remunerado com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao valor da hora de trabalho normal.
- e) Em caso de trabalho noturno, a remuneração do serviço extraordinário, calculada na forma do parágrafo anterior, será acrescida de 50% (cinquenta por cento).

Comentários

Vamos corrigir uma a uma:

LETRA A – Correta.

Art. 147. O serviço extraordinário realizado fora da jornada de trabalho, por servidor estatutário ou celetista de primeira ou de segunda instância, tem caráter eventual e somente será admitido em situações excepcionais e temporárias mediante prévia autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.

LETRA B – Errada.



1º SIMULADO TJ-MS

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
PROF. TIAGO ZANOLLA

§ 1º Nos casos de urgência ou quando não houver tempo hábil para a solicitação da prévia autorização de que trata este artigo, o serviço extraordinário poderá ser realizado mediante autorização do **diretor-geral, na Secretaria do Tribunal de Justiça**, ou do diretor do foro, nas comarcas, ainda que a formalização do pedido seja posterior à realização do serviço.

LETRA C – Errada.

§ 2º O serviço extraordinário realizado sem autorização da autoridade competente não será remunerado pelo Tribunal de Justiça. **Poderá ser objeto de compensação** de horário, na mesma proporção das horas trabalhadas, de acordo com a necessidade e a conveniência do serviço.

LETRA D – Errada.

§ 4º O serviço extraordinário será remunerado com o acréscimo de **50% (cinquenta por cento)** em relação ao valor da hora de trabalho normal.

LETRA E – Errada.

§ 5º Em caso de trabalho noturno, a remuneração do serviço extraordinário, calculada na forma do parágrafo anterior, será acrescida de **20%** (vinte por cento).

GABARITO: Letra A